

ARTÍCULO ORIGINAL

A formação acadêmica de pessoas com deficiência nas escolas públicas do Estado de Goiás, para que esta seja inserida no mercado de trabalho.

The academic training of people with disabilities in the public schools of the State of Goiás, so that it is inserted in the labor Market.

Alda Lucia Souza Lopes da Silva¹. Luiz Ortiz Jiménez²

RESUMO: O presente estudo teve por objetivo analisar a educação inclusiva do Colégio Estadual Felismina Cardoso Batista, localizado no município de Campos Belos – Goiás, especificamente no tocante a Formação Acadêmica de Pessoas com Deficiência para que estas sejam Inseridas no Mercado de Trabalho. A educação é um direito assegurado na Constituição Federal brasileira para todos os alunos, que deve ser assegurada pelas redes de ensino, sem nenhum tipo de distinção. A problemática fundamentou-se em analisar se as práticas pedagógicas utilizadas para atender aos educandos com deficiência contribuem na formação dos mesmos para que estes sejam inseridos no mercado de trabalho. Tivemos como apoio teórico estudiosos que fazem referência ao tema dessa pesquisa. Para atender aos objetivos e ao problema investigativo, elencamos o enfoque qualitativo tipo descritivo como meio de análise para chegar ao resultado. Os participantes desse estudo foram os professores regentes de sala de aula, coordenadores, gestor e professores de apoio a educação inclusiva. Também contribuiu com essa pesquisa as Secretários Municipais de Educação e de Saúde e três empresários do município de Campos Belos – Goiás. Ademais, os resultados obtidos apontam para a necessidade de uma organização nas ações de formação continuada dos professores, principalmente no que tange a aplicação de práticas pedagógicas diferenciadas que possam de fato favorecer a aprendizagem dos educandos com deficiência.

¹ Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Autónoma de Asunción (UAA) – Paraguay. Graduação em Pedagogia, especialização em Formação Sócio Econômica do Brasil. E-mail: alda.lopes@educ.go.gov.br

² Doutor em ciência da Educação pela Universidade de Granada, UGR, Espanha (2003). E-mail: lortizj@ual.es.

Palavras-chave: Inclusão. Formação. Mercado de trabalho. Pessoas com deficiência.

***ABSTRACT:** This study aimed at analyzing the inclusive education of the Felismina Cardoso Batista State College, located in the city of Campos Belos - Goiás, specifically regarding the Academic Formation of People with Disabilities, so that they can be inserted in the Labor Market. Education is a right guaranteed in the Brazilian Federal Constitution for all students, which must be ensured by educational networks, without any kind of distinction. The problematic was based on analyzing if the pedagogical practices used to attend the students with disabilities contribute in the formation of the same ones so that they are inserted in the job market. We had as theoretical support scholars who make reference to the theme of this research. In order to meet the objectives and the investigative problem, we emphasize the qualitative approach as a means of analysis to reach the result. Participants in this study were classroom teachers, coordinators, managers and teachers in support of inclusive education. Also contributing to this research were the Municipal Secretaries of Education and Health and three entrepreneurs from the municipality of Campos Belos - Goiás. In addition, the results obtained point to the necessity of an organization in the actions of continuing education of the teachers, mainly regarding the application of differentiated pedagogical practices that may in fact favor the learning of students with disabilities.*

***Keywords:** Inclusion. Formation. Job market. Disabled people.*

INTRODUÇÃO

Pessoa com deficiência é aquela que apresenta em caráter temporário ou permanente, significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrente de fatores inatos ou adquiridos, as quais acarretam dificuldades em sua interação com o meio social, necessitando por isso de recursos especializados para desenvolver seu potencial e superar ou minimizar suas dificuldades. As pessoas com deficiência sempre encontraram obstáculos para estarem ou serem envolvidas, de fato, no contexto social, as práticas regulares que a sociedade recorre e exige dificultam e distanciam a aceitação das pessoas que tem algum tipo de limitação. Por esse motivo, quando se fala em mercado de trabalho para as pessoas com algum tipo de deficiência, ainda é um tema bastante polêmico, porque atualmente esse processo ainda é de

adaptação e aceitação, não havendo perspectivas para todos, pois o mundo do trabalho solicita qualificação profissional em quase todos os setores.

Embora a consciência de inclusão social vem se ampliando de modo significativo, a inserção da pessoas com deficiência no mercado de trabalho ainda não adquiriu o “status” de questão nacional premente e de item prioritário na agenda política de igualdade para todos. Seja dos poderes públicos, das elites, das famílias e dos vários segmentos sociais. Esse fator está associado aos obstáculos próprios do Sistema Educacional brasileiro, na falta de investimento nos vários seguimentos educacionais, tais como estrutura arquitetônica, processual e conceitual, cujas características comprometem o desempenho, insucesso e avanços nos níveis de aprendizagem e de atendimentos educativos.

Visando combater as formas evidentes de preconceitos no meio social, educacional e cultural em relação a pessoa com deficiência, a Constituição Federal de 1988 no art. 208 inseriu no contexto das discussões, à integração de pessoas com deficiência abordando seus respectivos direitos e deveres de participação e contribuição social. Baseando-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/96, que normatiza a Educação Inclusiva por meio do artigo 04, onde diz que o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, será feito preferencialmente na rede regular de ensino, e no artigo 58 que diz: “entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida, preferencialmente na rede de ensino, para portadores de necessidades especiais”.

Na perspectiva de analisar a evolução do processo inclusivo no estado de Goiás foi selecionada a teoria de Sassaki (1999, p. 78) que trata de forma central “a inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”. O autor contribui ainda quando aborda que:

A ideia de integração surgiu para derrubar a prática da exclusão social a que foram submetidas as pessoas com deficiência por vários séculos. A exclusão ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas portadoras de deficiência eram excluídas da sociedade para qualquer atividade porque antigamente elas eram consideradas inválidas, sem utilidade para a

sociedade e incapazes para trabalhar, características estas atribuídas indistintamente a todos que tivesse uma deficiência (Sassaki, 1999 p. 31).

Em uma análise retrospectiva em torno da pessoa com deficiência verifica-se que sua trajetória de inclusão social e escolar acompanha uma evolução histórica da conquista de direitos humanos, envolvendo “integração” e “inclusão”. Nas discursões a esse respeito que duram séculos, as pessoas com deficiência sempre foram percebidos como seres distintos vivendo as margens dos grupos sociais, tanto fora quanto dentro das unidades educacionais.

As políticas educacionais inclusiva no Estado de Goiás.

Segundo a Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás, todas as escolas da rede pública do estado são inclusivas, elas não podem recusar matrícula de alunos com deficiência, mesmo que não estejam preparadas nos aspectos de acessibilidade física e pedagógica. Muita coisa mudou desde a implantação do programa de educação inclusiva, há dez anos, as escolas estão de portas abertas e se preparando para oferecer o melhor atendimento educacional especializados aos alunos com deficiência. A rede estadual em 2009 contava com 12.000 (doze mil) matrículas de alunos com deficiência. Em 2016 o Jornal Tribuna do Planalto (GO), diz que 1.050 escolas espalhadas por todo estado trabalham com educação inclusiva e que no referido ano 11.000 (onze mil) alunos com deficiência recebem algum tipo de atendimento especializado. A secretaria diz que esses alunos tem acesso aos conteúdos e habilidades do ensino básico em salas comuns e por meio da Coordenação de Ensino Especial, investe na qualificação dos profissionais que atuam diretamente ou indiretamente com os alunos com deficiência.

As Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás, diz que a coordenação do ensino especial, por meio do Programa de Educação para a diversidade, numa perspectiva inclusiva tem o objetivo de coordenar o trabalho com os estudantes com deficiências de transtornos globais, altas habilidades/superdotação, que fazem parte da rede regular pública do estado. A Resolução CEE Nº 7, de 15 de dezembro de 2006, estabelece a educação especial como uma das modalidades da Educação Nacional que perpassam o sistema educacional em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Diz ainda que essa modalidade é oferecida como um conjunto de serviços e recursos especializados para

complementar e suplementar o processo de ensino e aprendizagem aos alunos com necessidades educacionais especiais, permanentes ou transitórias, de modo a garantir o desenvolvimento de suas potencialidades sociais, políticas, psicológicas, criativas e produtivas para a formação do cidadão.

Para isso a coordenação do Ensino Especial conta com a parceria de outras coordenações de ensino da SEDECE. Tais como: a Rede Educacional de Apoio à Inclusão (REAI), que trabalha diretamente com as Coordenações Regionais de Educação (CRECE) e estas com as unidades escolares de educação básica, com os Centros de Atendimento Especial e as Unidades de Suporte Pedagógico

Para atender aos alunos com deficiência nas unidades escolares do estado, a Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Esporte garante a modulação de profissionais de apoio à Inclusão, tais como: equipe multiprofissional, professores de recursos, professores de apoio, interprete de libras e braile e ainda em casos específicos, agente administrativo educacional, para atendimento as necessidades físicas e fisiológicas de estudantes com necessidades educacionais especiais. Desde que as unidades educacionais apresentam as documentação exigidas pela mesma.

Equipe multiprofissional do Estado de Goiás

A equipe multiprofissional é constituída por profissionais que tem vínculo administrativo e pedagógico com a coordenação de ensino especial, devendo ampliar de forma necessária, o atendimento dessa área a todas as Subsecretarias Regionais de Educação. Esse atendimento iniciou-se no ano de 2009, atendendo apenas a região metropolitana, os profissionais que compõe esse quadro são: pedagogo, psicólogo, fonoaudiólogo, assistente social, interprete e instrutor. Apesar de as Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás estender este atendimento a todas as escolas públicas que tem alunos com deficiência, é comum não encontrar esses profissionais atendendo as escola e alunos. A utopia serve para nos ajudar a caminhar, mesmo sabendo que estamos caminhando a passos lentos. A importância dessa equipe vai além de assessorar as escolas nas dificuldades dos alunos e encaminha-los a um especialista que possa dar laudos e medicar, caso necessário. O Decreto

Nº 3.298/99 em seu art. 43, diz que “a referida equipe deve também assessorar os órgãos responsáveis pelos concursos públicos”.

O Estado de Goiás inclui nas suas Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual os Centros de apoio a pessoa com deficiência e/ou as que trabalham na área de inclusão.

Centro de capacitação de profissionais da educação e de atendimento às pessoas com surdez (CAS): com a finalidade de capacitar profissionais da educação para o atendimento às pessoas com surdez, dando suporte técnico especializado em Libras e Português para surdos.

Oferece cursos de Libras aos profissionais da educação, familiares dos alunos e à comunidade em geral.

Centro de apoio pedagógico para as pessoas com deficiência visual (CAP): Atende alunos com deficiência visual e seus familiares e promove a capacitação de profissionais da educação que atendem a essa demanda, oferecendo recursos didáticos e pedagógicos às unidades escolares

Núcleo de atividades e altas habilidades e superlotação (NAAH/s): Tem como objetivo atender as necessidades educacionais especiais dos alunos com características de altas habilidade/superlotação, oportunizando o aprendizado específico e estimulando as potencialidades criativas, oferecendo apoio pedagógico aos professores e orientação às famílias.

Centro de educação e convivência juvenil-oficina de cidadania: Projeto de inclusão e cidadania, criado para ser um espaço de inclusão sociocultural e, ainda, contribuir para a diminuição da violência e da vulnerabilidade socioeconômica, em diversas áreas do estado de Goiás.

Além desses centros e núcleo que dão atendimento as pessoas com deficiência e a seus familiares, podemos citar ainda a Associação dos Deficientes Físicos do Estado de Goiás – ADEFEGO. Ressaltamos que esses centro e núcleos atendem somente na capital do estado, ainda não se estende a todos os envolvidos no processo inclusivo das escolas públicas localizadas no interior do estado.

Sasaki (1999, p. 115) em sua obra “Inclusão Construindo uma sociedade para todos”, cita a Declaração de Salamanca onde diz que “os jovens com necessidades especiais devem receber ajuda para fazer uma eficaz transição da escola para a vida adulta produtiva”. Diz ainda que essas escolas devem ajudá-los a se tornarem economicamente ativos e promoverlhes as habilidades necessárias no dia-a-dia, oferecendo treinamento em habilidades que respondam as demandas sociais e de comunicação e as expectativas da vida adulta.

Acessibilidade, fator fundamental no processo de inclusão escolar e social

Falar de acessibilidade é tão importante quanto falar de adaptação de currículo, de metodologias e outros instrumentos que contribuem na aprendizagem do aluno com deficiência, porque a acessibilidade não diz respeito somente aos ambientes físicos adaptados aos alunos que necessitam de rampas com corre mão, portas alargadas de banheiros e de salas de aula, e outros acessórios que facilitam a sua locomoção no ambiente escolar, diz respeito também a sua aprendizagem e facilitação ao conhecimento de acordo com as suas limitações e necessidades. Os materiais e equipamentos específicos para deficientes como os livros em braille, tv com legenda aumentada, fones de ouvidos, lupas, e outros, também se inclui na acessibilidade, pois contribuem na aprendizagem dos alunos. Além desses aparatos que contribuem na acessibilidades de aprendizagem dos alunos com deficiência, incluímos ainda a Tecnologia Assistiva, que com base em seus aspectos legal brasileiro é um tema mais completo em se tratando de tecnologia, como instrumento de acessibilidade ao conhecimento para pessoa com deficiência.

A Revista do Direito da Cidade, Araújo (2016), estudantes do curso de direito constitucional na universidade católica de São Paulo. O referido artigo diz que a acessibilidade consiste, assim, na possibilidade que todas as pessoas, quer sejam crianças, quer sejam gestantes, quer sejam pessoas com mobilidades reduzidas, quer sejam pessoas com deficiência, tenham condições de utilizar, com autonomia e segurança, os equipamentos e mobiliários urbanos, as edificações, os meios de transportes, as tecnologias e sistemas de informação disponíveis, bem como os serviços públicos ou aberto ao público.

A esse respeito o Comitê de Ajuda Técnicas aborda em seu livro Tecnologia Assitiva CAT (2009, p. 9), “que é importante destacar que há de se incluir nessa soma de pessoas com deficiência, os idosos, gestantes, lactantes e outra pessoas com mobilidades reduzidas, seja ela em caráter permanente ou temporário. Os quais chegam a 43,5% da população brasileira”.

As tecnologias de informação e comunicação – TIC, no processo inclusivo

Nesta seção aborda-se os vários e novos canais de comunicação que contribuem na aprendizagem dos alunos. O educador contemporâneo enfrenta um novo desafio diante das novas tecnologias e esse novo estilo de conhecimento engendrado pelas TIC ainda é um desafio para muitos professores. As transformações na educação estão interligadas a expansão e ao contato com as tecnologias, paulatinamente ela se adentra as escolas, muitas vezes favorecendo o ensino e a aprendizagem e em outras vezes o desconhecimento no uso dos aparelhos tecnológicos, por parte dos professores, ou quando mal aplicados são produtores de exclusão.

Sobre esse assunto a pesquisadora Giroto (2012 p. 18) retrata que “nem os professores em serviço e nem os milhares de professores que estão se formando para atuar na rede pública de ensino tem conhecimento aprofundado sobre o uso, na prática pedagógica, das Tecnologias de Informação e Comunicação”. Conclui ainda que apesar de se constatar que a maioria das escolas públicas tem recebido do Estado, recursos e instrumentos tecnológicos e diversificados, muitos gestores e professores ainda não sabem como utilizalos.

Ainda a esse respeito a autora diz que “inicialmente este tema causa impacto no cotidiano das escolas”. Tal impacto pode ser explicado pela ausência de discussão sobre o tema nos cursos de formação inicial de professores gerando insegurança nos profissionais que desconhecem os diversos tipos de tecnologias existentes.

Imaginar o ambiente escolar sem esse arsenal de possibilidade oferecido pelas TIC, incorporados no processo educacional como recursos didáticos que promovem aulas diversificadas e que ampliam o conhecimento do aluno, é pensar numa estagnação de conhecimentos, pois ele não só aprende com determinados programas de computador, mas também relaciona e cria seu próprio conhecimento. A inserção dessas ferramentas vem se tornando importantes instrumentos de nossa cultura, e seu uso um meio concreto de inclusão, como podemos ver nas colocações de Giroto. O pesquisador cita sete aplicações importantes das TIC para realização de atividades que trazem uma série de vantagens, tais como:

A individualização do ensino respeitando o ritmo e o tempo de realização de atividade de cada aluno;

A flexibilidade que viabiliza o uso de canais sensoriais distintos;

A avaliação contínua e dinâmica;

A auto avaliação;

A manutenção da mesma atividade/exercício de acordo com as necessidades educacionais do aluno;

O ajuste do nível de complexidade de atividade;

A motivação, pois podem ser inseridos temas, cores, figuras, formas que atendem aos interesses dos alunos, estimulando-os, de diferentes maneiras, a realizar as atividades propostas, entre outras (Giroto, 2012 p. 21).

De acordo o Decreto Nº 3.298/99, (art. 28, § 2º). As instituições públicas e privadas que ministram educação profissional devem disponibilizar cursos profissionais de nível básico para o segmento da educação inclusiva, as matrículas a esses cursos não devem estar

acondiçionadas aos níveis de escolaridade, elas deve estar vinculadas a capacidade da pessoas com deficiência, assim diz o referido artigo. Pensando em oportunizar aos alunos com deficiência o manuseio aos equipamentos tecnológicos, o governo federal enviou as unidades educacionais esses equipamentos, no entanto o que se percebe é que esses equipamentos não são utilizados adequadamente, com finalidade de atender aos alunos com deficiência para estes obtenham conhecimento na área de informática.

No entanto associado ao fator de não utilização dos equipamentos tecnológicos pelos alunos, está a falta de capacitação dos professores na área de informática, o que se torna um obstáculo no uso das TIC, as quais é um importante instrumento na nossa cultura, até mesmo para os alunos com deficiência. As TIC surgem como possibilidade de inclusão e expansão do ensino e da aprendizagem.

A formação de professores na contemporaneidade

A formação inicial do professor não é suficiente para prepara-lo para enfrentar a diversidade encontrada nas salas de aulas. Ela não trabalha com uma perspectiva de enfrentamento de salas heterogêneas. Diante disso, na prática, o professor se sente despreparado para lidar com o aluno que tem algum tipo de deficiência, aquele que não é capaz de acompanhar o ritmo de aprendizagem da maioria dos colegas de classe. O professor acaba deixando-o para trás, inconscientemente provocando a exclusão, pois precisa seguir um currículo e cumprir um planejamento bimestral.

Muitos autores e estudiosos debatem sobre os desafios do paradigma da educação inclusiva. A autora Sampaio (2009 p. 71), aborda que “o professor assuma uma postura inclusiva, é essencial que ele veja seu aluno não apenas como um portador de deficiência, já que, dessa maneira, o traço biológico é colocado na dianteira da sua condição de sujeito”.

As autoras faz uma colocação importante, quando diz que, “o educando mental deve entrar na escola como alguém que possui um nome, uma história, desejos inclusive, de aprender”. Comungo com essa colocação, não só para a pessoa que tem deficiência mental, mas também para todos os alunos com outras deficiências, pois na maioria das vezes são vistos pela sua

deficiência, desvalorizando os outros sentidos desenvolvidos pelo ser humano, tais como (visão, audição, paladar, olfato e tato). Alunos com deficiência auditiva, física ou visual tem a mesma capacidade de aprendizagem dos outros educandos, desde que as práticas pedagógicas sejam adaptadas de acordo com a suas necessidades de aprendizagem.

A autora Feldmann (2009 p. 202) contribui nesse assunto quando diz: “O currículo define o que é adequado num determinado momento e contexto, e, a partir da posição ideológica, privilegia uma seleção de conteúdos consagrados historicamente e necessários as novas gerações”.

Na interpretação da autora o currículo engloba vários conteúdos com diversos contextos e diferentes níveis de aprendizagem dos educandos, incluindo aqueles com necessidade educacional especial, o que é necessário através de ações diferenciadas, é o professor aproximar teoria e prática. A autora Feldmann (2009, p. 207), ressalta ainda que “O professor tem um programa a cumprir, significa que tem pouco espaço de manobras e, se ele próprio não se opuser ou sucumbir à passividade, as ações educativas podem se transformar em reprodução e/ou segregação”.

Marchesi (2008, p. 44), diz que “a formação dos professores e o seu desenvolvimento profissional são condições necessárias para que se produzam práticas integradoras positivas na escola”, não se conseguem avançar na escola inclusiva se o professor não adquirir uma competência suficiente para ensinar a todos, não apenas os professores ligado diretamente à educação inclusiva, mais todo o grupo de profissionais que atuam dentro da unidade educacional.

A escola inclusiva aparece de acordo com as necessidades da sociedade a qual está inserida, visa atender a todos os alunos independentemente das suas dificuldades cognitivas ou físicas. A escola é vista como um ambiente que propicia conhecimentos científicos capaz de transformar o indivíduo, por isso é preciso ter consciência dos objetivos que se deseja

alcançar e o tipo de estratégia que impulsiona a aprendizagem. Por esse motivo nem todas as escolas partem da mesma posição, as mudanças dependem de sua cultura própria. Ainda é comum encontrar escolas com modelo tradicional, organização hierárquica e professores que trabalham de forma individual. Outras mais experientes na educação de alunos com deficiência com professores mais cooperativos e flexíveis na resolução das dificuldades metodológicas. Visto isso, só a partir das condições reais de cada escola, é possível melhorar a organização interna que favorece a mudança educacional. As pesquisas já apontam que professores que recebem formação continuada estão mais propícios às mudanças e às inovações educacionais, sujeitos a promover a igualdade entre todos os alunos.

METODOLOGIA

Inserida a relevância social para essa temática, está também decorrente a experiência profissional como professora de escola pública e a preocupação com a educação que os indivíduos com deficiência estão recebendo. Diante disso esta pesquisa se fundamenta em uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, tendo como método o estudo de caso, no qual se buscou conhecer uma realidade específica através de observação e entrevistas como instrumentos de coleta das informações, para isso buscamos explorar por diversos ângulos o fenômeno mencionado para que possamos responder a pergunta problema que é: **as práticas pedagógicas utilizadas para atender aos alunos com deficiência contribuí na formação dos mesmos para que estes sejam inseridos no mercado de trabalho?**

Para responder ao questionamento supracitado, tem-se como objetivo geral: Analisar se a Educação Inclusiva do Colégio Estadual Felismina Cardoso Batista contribui na formação dos alunos com deficiência, para que estes sejam inseridos no mercado de trabalho. E como objetivos específicos: 1) Identificar se a instituição educacional trabalha com práticas pedagógicas diferenciadas que contribuí na formação dos alunos com deficiência; 2) Identificar se os professores possuem formação continuada para atender as perspectivas de uma escola inclusiva.

É relevante abordar que faremos análise na referida escola, porque as unidades escolares do estado de Goiás são regidas por Diretrizes Orientadoras da CEDUCE (Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Goiás) e com este intento pode-se ter uma visão do processo inclusivo ofertados nas escolas públicas do estado de Goiás. Sendo assim foi aplicado técnicas e instrumentos que pudesse responder aos objetivos e ao problema desse estudo, para isso fez-se uso de observação simples e entrevistas, como estratégia de coletas das informações.

Lakatos (2003, p. 163), “a seleção instrumental metodológica está diretamente relacionada com o problema a ser estudado; a escolha dependera de vários fatores relacionados a pesquisa, ou seja, a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa e outros que possam surgir no campo da investigação.

Para Minayo (2001, p. 16), “entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas.”

Sobre esse assunto Campoy (2016, p. 38) diz que a metodologia “significa um caminho, um procedimento: caminho a seguir para alcançar um fim proposto de antemão. O método é, portanto, algo muito mais complexo que uma simples sequência unidimensional de passos”. Método é um processo organizado, lógico e sistemático de pesquisa”.

Como o objetivo desse estudo foi descrever as reais situações sobre as práticas pedagógicas oferecidas aos alunos com deficiência na escola pública do estado de Goiás, optamos pelo processo descritivo, onde foi possível a realização do estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos, porém sem nenhuma interferência do investigador. Mediante a contextualização, podemos afirmar que toda população foi fonte de informação e participou da pesquisa, já que foi possível aplicar os instrumentos (entrevistas) a população de individuo ligada diretamente a inclusão escolar dos educandos com deficiência.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A técnica de observação sistemática, proporcionou observar as práticas vivenciadas no dia - a - dia dentro do ambiente escolar, as quais apresentam facilidades e dificuldades nesse processo, examinar a forma como o atendimento pedagógico aos alunos com deficiência foi conduzido e também a interação desses alunos no ambiente escolar, bem como a organização do espaço físico da escola.

Ficou evidenciado que apesar dos recursos tecnológicos existentes para atender aos alunos, existe uma grande dificuldade de planejamento por parte dos professores regentes, no momento da observação não foi apresentada práticas diferenciadas para os alunos com deficiência. Nos trabalhos em grupo os alunos ficam as margens dos demais, ou quase sempre com a professora de apoio, realizando outras atividades. Não foi presenciado momentos de planejamento coletivo entre professores de apoio, professores regentes e coordenadores.

No atendimento ao AEE, as atividades realizadas pelos alunos são planejadas pela professora de recurso, sem vínculo com o conteúdo estudado em salas comuns. Professoras de recurso e de apoio semanalmente planejam atividades adaptadas para os alunos realizarem em salas comuns nos momentos em que os demais colegas estão desenvolvendo atividades propostas pelos professores regentes.

A estrutura física da unidade escolar é acessível com rampas e corrimão, banheiros adaptados com corrimão e portas alargadas, apesar da escola não ter matriculado este ano nenhum cadeirante ou aluno que usa muletas.

Diante dos dados coletados nesta observação percebe-se que a unidade escolar enfrenta mais dificuldades na parte pedagógica que do que na acessibilidade predial.

Para permitir uma melhor leitura e clareza dos dados das entrevistas, adotamos a análise mediante categoria, já que entendemos que deste modo se oferece uma melhor visão dos

resultados obtidos através de um tratamento conjunto. Por isso foram priorizadas na pesquisa as seguintes categorias:

Preparação dos professores.

Organização pedagógica.

Tecnologias de informações e comunicação na sala de recurso multifuncional.

Preparação e acessibilidade escolar.

Preparação dos alunos com deficiência para o mercado de trabalho.

Esse esquema de averiguação sobre o que pretende observar foi satisfatório e respondeu as nossas indagações. Vejamos os resultados:

Preparação dos professores: Diante das respostas dos professores com relação a formações continuadas, percebemos que nem todos tem cursos na área de inclusão, as professoras de apoio e a professora de recurso já fizeram alguns cursos oferecidos pela Secretaria Estadual de Educação e outros por instituições parceiras, até mesmo porque, segundo informação da escola, para exercer essas funções a Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Esporte (SEDUCE), exige cursos de formação continuada na área de inclusão. Como abordamos anteriormente, a professora de recurso apresenta um currículo qualificado, duas pós-graduações “Atendimento Educacional Especializado e Especialização em Educação Inclusiva e LIBRAS”. No entanto os professores regentes das salas de aulas são desprovidos nessa área, o que torna as práticas pedagógicas difíceis de serem exercidas em sala heterogêneas, ficando finalmente sob a responsabilidade dos professores de apoio que acompanham os alunos com deficiência agregados a essas salas.

Organização pedagógica: Ao analisar esse contexto tão importante na melhoria do ensino e da aprendizagem, conclui-se que os professores sentem dificuldade em planejar aulas de qualidade para os alunos com deficiência, pois não tem acompanhamento pedagógico que favoreça práticas pedagógicas diferenciadas. A atual professora de recurso diz que falta incentivo por parte do governo e da Coordenação Regional de Educação, alguns projetos que

os alunos com NEEs participavam não acontecem mais, como os de fanfarra, música, esporte e Mais Educação. Diz que assumiu a função este ano e já conseguiu avançar em alguns pontos. Elaborou juntamente com as coordenadoras pedagógicas um documento para os professores, o qual apresenta as deficiências dos alunos e orientações sobre as atribuições de cada uma das funções. A equipe ressalta no pressuposto que:

Tecnologias de informações e comunicação na sala de recurso multifuncional: No final desta categoria a análise nos possibilitou afirmar que os professores regentes ainda sentem dificuldades em planejar aulas com recursos tecnológicos que atenda aos alunos com deficiência em salas comuns. Percebe-se que os equipamentos tecnológicos da sala multifuncional são usados pelos professores de apoio e pela professora de recurso no momentos de atendimento ao AEE. Daí a compreensão de que esse aparato de recursos tecnológicos disponibilizado para atendimento especializado de qualidade são pouco usados pelos professores regentes, percebe-se uma grande dificuldade por parte dos professores para lidar com todos esses recursos, mais uma vez atribuímos esse despreparo a falta de formação continuada no uso das TICs.

Preparação e acessibilidade escolar: Analisando essa categoria constatamos que a escola enfrenta barreiras de ordem atitudinal e conceitual, mais do que de ordem arquitetônica. Não significa que a escola tenha as adaptações físicas adequadas, porém isso não é empecilho porque na escola não tem alunos com deficiência física e visual, as quais necessitam mais de adaptações físicas no prédio. Com a contribuição dos entrevistados e a análise das categorias anteriores podemos expor alguns pontos sobre as barreiras.

Preparação dos alunos com deficiência para o mercado de trabalho: A abordagem dessa categoria nos possibilitou analisar como a escola organiza o

atendimento aos alunos com deficiência para que estes possam exercer uma profissão. Através da contribuição dos entrevistados, percebemos que o ensino aos alunos com deficiência não diferencia a dos demais alunos, alguns professores informam que não

trabalham especificamente com a finalidade de incentivar e preparar os alunos para que possam exercer uma profissão no término dos seus estudos. Outros tem a concepção de que a finalidade do educando dentro da escola é a de socialização dele com outras pessoas. Detecta-se com isso que o aluno com deficiência frequenta a escola, porém os profissionais ainda têm dificuldade de planejamento, acompanhamento pedagógico e ações que de fato faça com que esses alunos desenvolvam aprendizagem eficaz.

Os resultados encontrados na aplicação dos instrumentos de entrevistas condizem com os resultados que presenciamos no decorrer da observação em loco e na análise documental. Analisar o sistema de ensino inclusivo dessa escola pública nos permitiu também perceber que o sistema de ensino regular do estado de Goiás não está devidamente preparado para oferecer de fato a inclusão em suas escolas. Tomando como base a escola pesquisada a real situação é que o estado ainda não respalda de acordo com o que é apregoadado nas Leis e Diretrizes de Bases das esferas Federal e Estadual.

CONCLUSÃO

Ressaltamos que os resultados encontrados não foram apenas satisfatórios para responder aos objetivos dessa pesquisa, como também servirão para dá margens a outros debates e conseqüentemente a novas atitudes que favoreçam positivamente na inserção dos alunos com deficiência, despertando por tanto para fazer valer um sistema inclusivo de qualidade e equidade de acordo com o respaldo legal estabelecido nas Leis.

Outro fator percebido no decorrer dessa investigação é que existe um sistema falho e despreparado, longe de uma postura de escola para todos, percebe-se também que as dificuldades são advindas da escolarização dos alunos com deficiência nos anos iniciais, eles passam para os anos finais sem saber ler e escrever convencionalmente, a escola pesquisada

recebe alunos com deficiência oriundos da rede municipal sem nenhum preparo para os anos fundamental e médio.

Durante o estudo sobre as Políticas Públicas Especiais percebemos que estas definem uma inclusão completa de qualidade e equidade, porém o que presenciamos foi uma escola com estrutura física parcialmente adequada, com materiais pedagógicos e tecnológicos insuficientes para atender aos alunos com deficiência, e a maioria dos professores sem formação continuada na área de inclusão e falta de recursos financeiros para melhoria desse sistema.

Tendo em vista os aspectos destacados acima podemos proferir que a inclusão é pouco debatida pelo sistema escolar do estado de Goiás, não detectamos na escola pesquisada propostas, projetos documentais ou práticas que englobe de fato essa temática, a inclusão se resume apenas em efetuar matrículas, servindo apenas para fins estáticos. Enfim, o movimento inclusivo exige alterações como uma mudança, principalmente, que não permita que o direito de todos a uma educação de qualidade seja meramente traduzido como cumprimento de se matricular alunos com necessidades Especiais em escolas comum.

REFERÊNCIAS

A Resolução CEE N° 7, de 15 de dezembro de 2006.

Campoy, T. J. (2016) – *Metodologia de la Investigación Científica*. Ciudad del Este (py)
U.N.C del Este.

Comitê de Ajuda Técnica (CAT, 2009) – *Tecnologia Assitiva*. Presidência da República,
Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Subsecretaria Nacional de Promoção
dos Direitos da pessoa com Deficiência

Constituição da República Federativa do Brasil (1988) – Câmara dos Deputados, 35ª
Edição atualizada em 2012.

Decreto N° 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Câmara dos Deputados 7ª edição 2013.
Legislação Brasileira sobre Pessoas com Deficiência. Biblioteca digital.
<http://bd.camara.leg.br>. Visitado em 20/08/2017.

Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás (2009/2010).
Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Esporte – Goiânia 2009.

Feldmann, G. M. (Org. 2009) - *Formação de Professores e Escola na Contemporaneidade*. – São Paulo: Editora SENAC, São Paulo.

Giroto, M. R. C., et al (2012) - *As Tecnologias nas Práticas Pedagógicas Inclusivas*.
Cultura Acadêmica Editora, Marília.

Lakatos, E. M., e Marconi, M. D. A. (2003). *Fundamentos da metodologia científica*. In
Fundamentos da metodologia científica. Altas.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) - LDBEN, Nº. 9.394.

Marchesi, Á. (2004). *Da linguagem da deficiência as escolas inclusivas*. Org. In. Coll,
César et al. Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtorno de
desenvolvimento e necessidades educativas especiais - 2. Ed. – Porto Alegre,
RS: Artmed.

Minayo, M. S. C. (2001). *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa*. 7. Ed. São
Paulo: Hucilec.

Araujo, D. A. L. (2016). *Revista do Direito da Cidade - A Cidade, o Dever
Constitucional de Inclusão Social e a acessibilidade* Vol. 08, nº ISSN 2317-7721
Doi: 10. 2957/rdc.2016.19901. Visitado em 23/09/2017.

Sampaio, T. C. e Sampaio, R. S (2009) - *Educação Inclusiva*. O professor mediador para a
vida. Direitos de edição cedidos a EDUFBA (Editora da Universidade Federal da Bahia)

Sasaki, K. R. (1999) – *Inclusão, Construindo uma Sociedade para Todos*. 3ª edição – Rio
de Janeiro: WVA.